

“ESTADO DO CONHECIMENTO” SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROGRAMA INCLUIR

Leila Lima de Souza Santana
Carina Elisabeth Maciel

Resumo: Este trabalho consiste em parte da pesquisa de mestrado sobre o Programa Incluir na UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O objetivo deste artigo incidiu na elaboração de um texto científico aos moldes do “estado da arte” ou “estado do conhecimento” que se relacionasse com o objeto de pesquisa do mestrado, e afinar técnicas metodológicas estudadas, como a catalogação dos dados bibliográficos. Este tipo de trabalho também contribuiu academicamente para aquisição de noções a respeito da importância de se buscar fontes confiáveis na seleção e armazenamento das produções. Foram visitados quatro grandes bancos bibliográficos: BDTD, CAPES, SciELO e ANPEd.

Palavras-chave: Estado da Arte. Acesso e Permanência. Programa Incluir.

Introdução

A construção na modalidade de “estado do conhecimento” ou “o estado da arte” tem por finalidade elaborar um mapeamento de discussões dos temas de produções acadêmicas em diversos campos, os mesmos são considerados uma das partes mais importantes de um trabalho científico, (FERREIRA, 2002). O estado da arte tem o papel de coletar o maior número possível de informações relevantes sobre o assunto que se pretende estudar, sendo definido então como de caráter bibliográfico, tenta responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários, (FERREIRA, 2002, p. 258).

Foram buscados estudos sobre o tema gerador, “Acesso e Permanência na Educação Superior”, pertinente ao meu projeto de pesquisa do Mestrado em Educação, intitulado, *Acesso e Permanência na Educação Superior: Estratégias e Ações da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas / DIAF*, que pertence à Linha de Pesquisa História, Políticas e Educação do Curso de Pós-Graduação/ Mestrado em Educação.

Este trabalho apresenta uma metodologia catalográfica e descritiva da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, seguindo os princípios de análise de conteúdo que tenham relação com o objeto.

O recorte temporal presente neste trabalho compreende os anos de 2007 à 2013, os quatro bancos de acervos bibliográficos buscados foram: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (**BDTD**), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**), a Biblioteca Eletrônica Científica Online (**SciELO**) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (**ANPEd**).

Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves na busca: 1- Políticas de Educação Superior, 2- Programa Incluir, 3- Acesso e Permanência na Educação Superior, 4- Políticas de Inclusão e 5- Ações Afirmativas na Educação Superior. O total de arquivos buscados pelas palavras-chave nos bancos digitais foram 177 arquivos, destes, 57 foram selecionados por títulos, e após leitura de resumos, somente 14 foram selecionados, mas 4 destes eram repetidos, portanto foram descartados, restando ao total 10 documentos.

Caminhos percorridos para o levantamento dos dados bibliográficos

A BDTD localizada no endereço (bdtd.ibict.br/), tem por objetivo integrar, em um único portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, possibilitando uma forma única de busca e acesso a esses documentos.

Com a busca na página da BDTD utilizando a palavra-chave **Políticas de Educação Superior**, encontramos vinte e seis documentos, e a primeira organização foi separar as produções, ou seja, separar as teses das dissertações, obteve-se assim, 10 teses e 16 dissertações, mas somente isso não garantia o meu sucesso em catalogar documentos relevantes para o meu objeto de pesquisa. Desta forma, inicialmente foi realizado o processo de filtragem 1- **leitura do título**, que favorecia o encontro de possíveis documentos relevantes. E em segundo momento foi empregado o filtro 2 - **leitura do resumo** e quando fez-se necessário a explorou-se o sumário afim de buscar conteúdos em comum com o cerne da minha pesquisa. E somente um documento, neste caso uma tese foi selecionada.

Empregando a segunda palavra-chave, **Programa Incluir**, encontrou-se somente uma dissertação foram empregados os mesmos dois filtros: leitura de título e resumo, e esta foi selecionada.

A busca com a palavra-chave, **Acesso e permanência na Educação Superior**, apresentaram-se três documentos, sendo 1 tese e duas dissertações, após o emprego dos filtros 1 e 2, selecionou-se uma tese e uma dissertação.

Na pesquisa com a quarta palavra-chave, **Políticas de Inclusão na Educação Superior**, não foi encontrado nenhum resultado, e somente utilizando a palavra “política de inclusão” me dava um universo grande de documentos, cerca de 86, então o passo de busca foi realizado por combinação de palavras na busca básica da página. Combinei as palavras “Políticas de Inclusão” e “Educação Superior” encontrei quatro dissertações, após o emprego dos filtros 1, somente uma demonstrou afinidade com o objeto, e ao empregar o filtro 2, nenhuma foi selecionada.

Utilizando a quinta palavra-chave, **Ações Afirmativas na Educação Superior**, foi encontrado um documento, sendo este uma tese, e após filtragem 1 e 2, esta foi descartada. O quantitativo total deste banco bibliográfico foi de 37 produtos e somente 4 foram selecionados ao todo. Segue a baixo a apresentação dos dados quantitativos.

foi encontrado um documento, sendo este uma tese, e após filtragem 1 e 2, esta foi descartada. O quantitativo total deste banco bibliográfico foi de 37 produtos e somente 4 foram selecionados ao todo. Segue a baixo a apresentação dos dados quantitativos.

Palavras-chave	Nº Produtos	Filtro 1	Filtro 2
Políticas de Educação Superior	(08) Teses	9	1
	(16) Dissertações	15	0
Programa Incluir	(3) Dissertações	1	1
	(5) Teses	1	1
Acesso e Permanência na (ES)	(7) Dissertações	2	1
Políticas de Inclusão na (ES)	(6) Dissertações	1	0
Ações Afirmativas na (ES)	(1) Tese	1	0
Teses: 0070 (Total: 0070)			

O segundo banco bibliográfico digital foi a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Com o objetivo de promover o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país. O Banco de Teses faz parte do Portal de Periódicos da Capes/MEC. Após acessar a página da CAPES, busquei o acesso aos periódicos da CAPES, (periodicos.capes.gov.br/).

O segundo banco bibliográfico digital foi a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Com o objetivo de promover o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país. O Banco de Teses faz parte do Portal de Periódicos da Capes/MEC. Após acessar a página da CAPES, busquei o acesso aos periódicos da CAPES, (periodicos.capes.gov.br/).

Realizando a busca simples com a palavra-chave, **Políticas de Educação Superior**, encontrei oito produções, o primeiro filtro foi por idioma, optei por somente documentos em português, o quantitativo reduziu para cinco documentos, sendo todos artigos. Foram empregados nesta página os mesmos filtros da anterior: filtro 1- leitura de título, filtro 2- leitura do resumo e quando necessário a busca pelo sumário para análise do conteúdo que relacione-se com o objeto de pesquisa. Desta forma, após o filtro 1, selecionou-se um documento, mas ao fazer a leitura do resumo, este artigo foi descartado. Foi percebido que a maioria das produções encontradas com esta palavra chave neste banco de dados, tinham em comum a temática de expansão do Ensino Superior, não sendo relevante para o meu objeto de pesquisa.

A segunda palavra-chave, **Programa Incluir**, resultou em 9 produções, e após o emprego do filtro 1 reduziu-se para três produções, a ao empregar o filtro 2, somente 1 artigo foi selecionado.

Quando utilizada a terceira palavra-chave, **Acesso e permanência na Educação Superior**, foram encontradas 22 produções e após o emprego do filtro 1, o universo reduziu para quatro produções, destas ao utilizar o filtro 2, duas foram selecionadas.

Na pesquisa com a palavra-chave, **Políticas de Inclusão na Educação Superior**, não foi encontrado nenhum resultado, semelhantemente ao banco de dados da BDTD, foi também utilizada a combinação de palavras na busca básica da página. Combinei as palavras “Políticas de Inclusão” e “Educação Superior” encontrei quatro documentos, após o emprego do filtro 1, foi selecionada uma produção, mas ao realizar a leitura do resumo, ou da produção por completa, esta foi descartada.

Ao realizar a busca com a palavra-chave, **Ações Afirmativas na Educação Superior**, encontrou-se quatro produções, com o emprego dos filtros 1 suas mostravam afinidade com o objeto de pesquisa, mas ao utilizar o filtro 2, somente uma produção foi selecionada. Ao todo foram encontradas 47 produções, e somente 4 com relevância para o objeto da pesquisa. Abaixo o quadro do quantitativo de produções encontrada.

Palavra-chave	Nº Produções	Filtro 1	Filtro 2
Políticas de Educação Superior	08 Produções	5	1
Programa Incluir	09 Produções	3	1
Acesso e Permanência na Educação Superior	22 Produções	4	2
Políticas de Inclusão na Educação Superior	04 Produções	1	0
Ações Afirmativas na Educação Superior	47 Produções	4	1

Fonte: CAPES, (periodicos.capes.gov.br/).

O terceiro banco bibliográfico pesquisado foi a Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, em parceria com a Bireme - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A página deste banco de dados se encontra neste endereço eletrônico (www.scielo.org/).

Ao realizar a busca com a palavra-chave, **Políticas de Educação Superior**, foram encontradas três produções, com o uso do filtro 1- leitura de título, e pelo filtro 2- leitura do resumo, uma produção foi selecionada, mas foi descartada neste banco de dados porque se tratava de documento repetido, na tabela o quantitativo dos documentos repetidos se apresenta acrescido um caractere (*).

Na busca com a palavra-chave, **Programa Incluir**, apresentou-se como resultado cinco produtos e com o emprego dos filtros 1 e 2, um artigo foi selecionado, mas este foi descartado por ser repetido.

Quando pesquisado utilizando a palavra-chave, **Acesso e permanência na Educação Superior**, apresentou 22 produtos de resultado. Ao usar o filtro 1, três documentos foram selecionados e ao realizar o filtro 2, um artigo foi selecionado, no entanto foi descartado por se tratar de material repetido.

Ao buscar pela palavra-chave, **Políticas de Inclusão na Educação Superior**, não apresentou nenhum resultado, então realizou-se uma busca avançada com a combinação de palavras, “políticas de inclusão” e “educação superior”, resultando em cinco produções, destas ao realizar a filtragem 1, um produto foi selecionado, e com a filtragem 2, este artigo foi descartado.

Na busca com a palavra-chave, **Ações Afirmativas na Educação Superior**, não apresentou nenhum resultado, então foi feita uma busca avançada com as palavras “ações afirmativas” e “educação superior”, resultando em 11 produtos, sendo 9 artigos e 2 teses. Após o emprego do filtro 1 e 2, restou um artigo, já no caso das teses, com o filtro 1 e 2, uma foi selecionada, mas era material repetido, então foi descartado. Ao todo foram encontradas 46 produções, e somente 5 com relevância para o objeto da

documento foi selecionado, mas ao realizar o filtro 2- leitura do resumo, ele foi descartado.

Na busca realizada na 33ª reunião, foram encontrados 12 produtos, dos quais dois foram selecionados pelo filtro 1- título, e após o filtro 2 – ambos foram descartados.

Ao realizar a busca na 32ª reunião, encontrou-se 12 produtos, com o emprego do filtro 1, dois foram selecionados, após a leitura dos resumos, estes foram descartados.

A busca na 30ª reunião, foram encontradas 12 produções, ao aplicar o filtro 1, um documento foi selecionado e após a leitura do resumo este permaneceu com relevância. Ao todo foram encontrados 47 produtos, mas somente um documento foi selecionado para o estudo. A seguir a tabela com os dados quantitativos das produções encontradas.

selecionada para o estudo. A seguir a tabela com os dados quantitativos das produções encontradas.

ANPEA	Reuniões	Nº Produtos	Filtro 1	Filtro 2
CI-11- Políticas de Educação Superior	3ª ANPEA (02) Portugal	1	0	0
	2ª ANPEA (12) Portugal	2	0	0
	3ª ANPEA (12) Portugal	1	1	1

Fonte: ANPEA. (anpea.org.br).

Direito ao Acesso e a Permanência na Educação Superior

Com base no levantamento bibliográfico realizado neste estudo alguns autores analisam o acesso e permanência da pessoa com deficiência, no sentido de se promover um processo educacional mais justo (ROCHA; MIRANDA, 2009); (SIQUEIRA; SANTANA, 2010); (SANTOS, 2013).

Direito ao Acesso e a Permanência na Educação Superior

Com base no levantamento bibliográfico realizado neste estudo alguns autores analisam o acesso e permanência da pessoa com deficiência, no sentido de se promover um processo educacional mais justo (ROCHA; MIRANDA, 2009); (SIQUEIRA; SANTANA, 2010); (SANTOS, 2013).

Nas últimas décadas muitos movimentos sociais foram organizados por defensores dos direitos humanos em prol da pessoa com deficiência, conseguiram o reconhecimento social e sua efetiva participação socialmente. Esse reconhecimento gerou as condições de formularem internacionalmente os instrumentos legais para a sua legitimação, inclusive do Brasil, (ROCHA; MIRANDA, 2009).

Alguns marcos legais como a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consenso com os postulados

produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, o Brasil optou por construir um sistema educacional inclusivo, (ROCHA; MIRANDA, 2009). Esses documentos ressaltam que os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama das diferentes características e necessidades dos alunos.

Para Rocha e Miranda, (2009), no Brasil os principais instrumentos que orientam os pressupostos de uma educação inclusiva e sua prática pedagógica, são: – Constituição federal, Título VIII, artigo 208 e 227; – Lei n. 7.853/89. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais; – Lei n. 10.098/00. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências; – Lei 10.172/01 que aprova o Plano Nacional de Educação e estabelece objetivos e metas para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais; – Decreto n. 5.296/04. Regulamenta as Leis nº. 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. – Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; – Decreto n. 3289/99 que regulamenta a Lei nº. 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. De acordo com Rocha e Miranda, (2009), os aparatos legais, sem dúvida, são importantes e necessários para uma educação inclusiva no ensino superior brasileiro, no entanto, eles por si só não garantam a efetivação de políticas e programas inclusivos. A educação que visa a inclusão deve ter: investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infraestrutura adequada para ingresso, acesso e permanência e estar atento a qualquer forma discriminatória.

De acordo com Rocha e Miranda, (2009), apesar de todo o empenho do Brasil em desenvolver estas leis, elas ainda estão presas ao papel e pouco se concretizam. Em conformidade tem-se: Santos, (2013), no Brasil existe um aparato jurídico que precisa ser efetivado na prática, os recursos de acessibilidade previstos são requisitos exigidos para avaliações e credenciamento das instituições, bem como para fins de desempenho nas políticas públicas.

Políticas de Educação Superior e ações afirmativas

Foram inventariados estudos que tratam das ações afirmativas direcionadas aos sujeitos com deficiência, na promoção do seu acesso à Educação Superior (SALES, 2003); (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2007); (PEREIRA, 2008); (HAAS; LINHARES, 2012); (KOWALSKI, 2012).

No Brasil, as políticas públicas, têm-se caracterizado por apresentar uma perspectiva social, contra a pobreza, com base em concepções de igualdade. Entretanto, com a redemocratização do País, os movimentos sociais passaram a exigir uma postura proativa do poder público diante de questões que envolvem a baixa participação de grupos específicos da população em setores da atividade social, como a educação e o trabalho, como também a adoção de medidas eficazes para sua solução, (HAAS; LINHARES, 2012).

A palavra *pública*, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *pública* (de todos) e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto à sociedade. É em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos de decisão do governo (PEREIRA, 2008, p. 94).

O termo *ações afirmativas* foi empregado pela primeira vez pelo então presidente americano Lyndon Johnson na Howard University, em 1965, passando a ter significado por exigir os direitos da minoria, socialmente excluída e sofredora de desigualdades, por preconceitos históricos e culturais, (HAAS; LINHARES, 2012). Ação afirmativa é um conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição em qualquer sociedade [...], (HAAS; LINHARES, 2012, p. 844).

Conforme Haas e Linhares, (2012), é preciso colocar a problemática relativa ao uso, no Brasil, do paradigma norte-americano como modelo de implantação de ações afirmativas. Existe a discussão sobre a necessidade da adoção de um caráter temporário dessas iniciativas. Alerta que se as medidas que contribuem para a inclusão de sujeitos e seus componentes culturais na sociedade não tiverem prazos determinados poderão gerar novas e graves formas de preconceito de uns sobre outros grupos, fomentando

atitudes preconceituosas e estigmatizando os indivíduos beneficiados, (HAAS; LINHARES, 2012).

Pereira, (2008), comenta que a dificuldade no acesso do aluno com deficiência ao ensino superior tende a ser associada à falta de condições de competir com outros estudantes, consideradas as dificuldades de sua história escolar. Além disso, aqueles que conseguem vencer as barreiras escolares, em geral, têm acesso aos cursos universitários considerados de menor status dentro das opções oferecidas pelo ensino superior, ou seja, os cursos que tendem a ter uma menor disputa no vestibular, considerando a relação candidato/vaga, além de terem mensalidades mais econômicas nas instituições privadas.

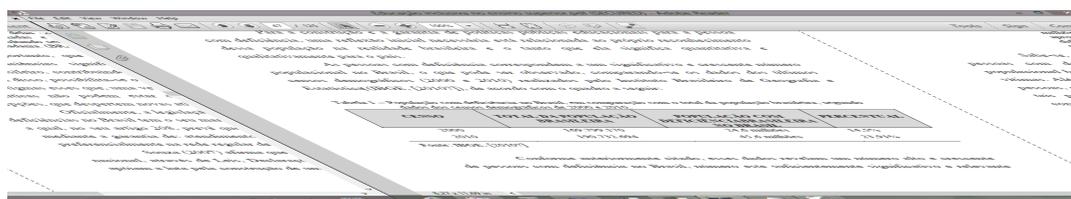
A construção de uma educação inclusiva requer uma reestruturação dos sistemas de ensino que devem organizar-se para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos. Esse propósito exige ações práticas e viáveis que tenham como perspectiva operacionalizar a inclusão social e escolar de todas as pessoas, independentemente de suas necessidades, (ROCHA; MIRANDA, 2009).

A pessoa com deficiência e o acesso à Educação Superior

Na catalogação dos dados bibliográficos alguns autores compartilham as temáticas de Educação Inclusiva e programas destinados a essa efetivação, como o Programa Incluir, (RECHICO; FREITAS, 2008); (FERREIRA, 2012); Há estudos que trazem em seu corpo teórico uma ótima contextualização dos processos de implementação dos núcleos de acessibilidades nas Ifes, (PEREIRA, 2008); (FERREIRA, 2012); (SANTOS, 2013).

Um apontamento inicial a respeito desta categoria, é que ela precisa ser reconhecida e segundo Ferreira (2012), o censo demográfico de (2000 a 2010) realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra claramente a sua significância.

Tabela 1- População com deficiência no Brasil, em comparação com o total da população brasileira, segundo dados do censo do IBGE de 2000 à 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com a tabela a cima pode-se perceber o significativo número de pessoas com deficiência no Brasil e o seu aumento percentual que quase dobrou em dez anos, ter conhecimento deste efetivo faz-se necessário para a construção de políticas públicas que atendam a este grupo da sociedade.

É no contexto e direcionamento de assegurar que esta larga demanda de pessoas que por questões de exclusão social, não acessava este nível de ensino que o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) propõe ações que visam o acesso de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). O INCLUIR tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.

O programa Incluir, ao contrário dos anteriores que se destinavam à Educação Básica, tem como foco a Educação Superior. O Programa INCLUIR constitui-se em uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial que visa implementar política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência na educação superior. O INCLUIR tem como objetivos:

- 1.1. Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior;
- 1.2. Promover ações que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES);
- 1.3. Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior;
- 1.4. Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações. (BRASIL, 2008)

O programa funciona desde 16 de maio de 2005, cumpre os decretos nº 5.296/2004 e nº 5,626/2005, por meio de editais dos quais puderam participar universidades e institutos federais de educação superior. A cada ano as propostas

vinham sendo submetidas à avaliação e eram selecionadas as instituições as quais receberiam recursos financeiros do MEC para implementar núcleos de acessibilidade.

Embora, tivesse sido criado em 2005, o programa foi implementado até 2011, e a partir de 2012, o MEC assumiu por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Secretaria de Educação Superior, passando então a apoiar projetos das IFES, com aporte de recurso financeiro, diretamente, previsto na matriz orçamentária das Instituições, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior, por meio dos Núcleos de Acessibilidade, que se estruturam com base nos seguintes eixos: Infraestrutura; Currículo, comunicação e informação; Programas de extensão; Programas de pesquisa, (BRASIL, 2013).

Considerações finais

O estudo realizado é parte do percurso da pesquisa e foi de grande importância, pois não se fica apenas na teorização do elaborar, e ao se pôr em prática as discussões sobre como buscar, catalogar, construir um texto científico com tais características como o de “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, percebeu-se que é um exercício muito rico e proveitoso para o embasamento do objeto de pesquisa do mestrado.

Para além de finalidades acadêmicas, este tipo de trabalho gerou-me uma visão mais aguçada das temáticas ao qual se debruçou os estudos relacionados com o meu objeto de pesquisa.

O discurso das Políticas Públicas na Educação Superior, apresentados pelos autores traçam a importância de atentar para sua efetivação, pois muitas das vezes a teoria é o que mais se apresenta, e na prática não há uma materialização das mesmas. Talvez isso aconteça devido as dificuldades de interpretação ou de conhecimento de como ajustar as Políticas Públicas as Instituições de Federais de Ensino Superior (Ifes).

Muitos estudos encontrados tratam especificamente destes ajustes realizados pelas Ifes para atender a grande demanda dos grupos que antes eram excluídos, deste nível de ensino, ou seja, as pessoas com deficiência. Existem autores que mencionam o fato de embora as Ifes, realizassem todo este aparato para a Educação Inclusiva a este nível de ensino, ainda assim existiriam os percalços na caminhada acadêmica que contribuiriam para a não permanência destes sujeitos, nos cursos superiores.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Documento Orientador Programa Incluir: acessibilidade na educação superior** SECADI/SESu, 2013. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 23 de abril de 2014.

FERREIRA, Nilma Maria Cardoso. **Educação Inclusiva no Ensino Superior**: análise de Políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão, 2012. 125p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – graduação em Educação – Universidade Federal do Maranhão. <http://www.tedebc.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=806>

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Ações Afirmativas na Educação Superior: Rumos da Discussão nos Últimos Cinco Anos. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil **Psicologia & Sociedade**; 19 (2): 70-78, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a10v19n2.pdf>>

HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, set./dez. 2012.<<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbep/v93n235/v93n235a15.pdf>>

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (Des) Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUCRS, Porto Alegre, 2012. <<http://repositorio.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>>

PEREIRA, M. M. Ações afirmativas e a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Ponto de vista**, Florianópolis, n. 10, p. 19-38, 2008. <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/20567/18780>>

RECHICO, Cinara Franco; FREITAS, Vanessa Gosson Gadelha de. UFRR E O PROGRAMA INCLUIR: uma parceria na inclusão de alunos com NEE no ensino superior. Universidade Federal de Roraima. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/189/369>>

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista “Educação Especial”** v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009, Santa Maria Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>

SALES, Sandra. Acordos e Tensões: O Debate sobre Políticas de Ação Afirmativa na Universidade Brasileira. UERJ. **30º Reunião da Anped**. Caxambu, MG, 2007. <<http://www.anped11.uerj.br/30/GT11-3539--Int.pdf>>

SANTOS, Cristiane da Silva. **Políticas de Acesso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Brasileiras e Portuguesas**. 2013. 389 p., Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Uberlândia, MG. <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3534/1/PolíticasAcessoPermanencia.pdf>>

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. Proposta de Acessibilidade para a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.16, n.1, p.127-136, Jan.-Abr., 2010. <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n1/10.pdf>>